

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras põe refinaria de Pasadena à venda	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Petrobras inclui Pasadena e África a venda de ativos	4
Título: Vou em paz	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Petrobrás coloca à venda refinaria de Pasadena e subsidiária na África	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	6
Título: Petrobras vai vender refinaria de Pasadena	6
Título: Há vagas	7
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Petrobras põe à venda operações no exterior	8
Título: Mercado estima que companhia deva reverter prejuízo em lucro	9
Título: MME quer negociar indenização a elétricas.....	11
Título: MP vai mudar cotas, mercado livre e Itaipu	11
Título: Eletrobras deve sair ganhando com as novas regras.....	14
Título: Destaques.....	15
Título: Equatorial prevê melhora no 2º semestre.....	15
Título: Ipiranga e Oxitenos pesam no resultado da Ultrapar	17
Título: Mercado de minério ainda enfrenta excesso de oferta	18
Título: Alta da Petrobras faz bolsa superar os 67 mil pontos	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Petrobras põe refinaria de Pasadena à venda**

Alvo da Lava-Jato, projeto tem problema ambiental e disputa na Justiça. Estatal quer se desfazer de ativo na África

A Petrobras aproveitou a segunda etapa de seu plano de desinvestimento para se desfazer de dois ativos polêmicos: a refinaria de Pasadena, no Texas, — um dos alvos da Operação Lava-Jato —, e a Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G), criada para explorar petróleo em países da África e que tem o BTG Pactual como sócio, com fatia de 50%. Com a prioridade de fazer caixa e reduzir seu elevado nível de endividamento, a estatal está reduzindo suas atividades no mercado internacional em projetos com pouco retorno. A decisão foi aprovada ontem em reunião da diretoria. Segundo uma fonte próxima às discussões, a operação visa a evitar mais prejuízos. Pasadena, uma refinaria de 99 anos, com capacidade de processar cem mil barris por dia, é avaliada no mercado por US\$ 200 milhões a US\$ 250 milhões. A Petrobras pagou por ela R\$ 1,2 bilhão no total. Dados do Tribunal de Contas da União (TCU) indicam que a estatal teve prejuízo de US\$ 792 milhões com o negócio. Nos últimos anos, a refinaria se converteu numa fonte de problemas, com a investigação sobre corrupção, processo contra a ex-sócia no empreendimento e questionamentos ambientais.

‘É MATEMÁTICA, NÃO É IDEOLOGIA’, DIZ MINISTRO

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse ontem que a decisão da Petrobras foi uma questão de “matemática” e que a empresa não poderia manter o ativo apenas por ideologia ou simbolismo. — Não encaro (a venda) com simbolismo. Tem que ser na matemática, não pode ser na ideologia. Ou é um bom negócio ou um mau negócio. Ou é foco de atuação da empresa ou não é foco de atuação da empresa. Se é um mau negócio e não é mais o foco, porque a refinaria se tornou um símbolo, nós vamos carregar isso? É matemática, não é ideologia. A decisão do conselho é soberana naquilo que for melhor para a empresa — afirmou o ministro. A compra da refinaria é investigada no âmbito da Lava-Jato. O ex-diretor de Negócios Internacionais da Petrobras Nestor Cerveró revelou, em delação premiada, que houve pagamento de propina na compra da refinaria.

Ainda na gestão de José Sérgio Gabrielli, em 2006, a Petrobras adquiriu 50% do capital de Pasadena da companhia belga Astra Oil, por US\$ 360 milhões. O valor é bem superior ao montante desembolsado pela própria Astra Oil pela refinaria, no ano anterior, de US\$ 42,5 milhões. Após desentendimento entre os sócios, a Petrobras entrou na Justiça e acabou pagando mais US\$ 882 milhões pela fatia

restante do capital. Na época, a estatal justificava a operação alegando que era importante entrar no mercado de refino dos Estados Unidos. Depois da revelação do escândalo de corrupção, a Petrobras confirmou, em julho do ano passado, que processa a Astra Oil nos EUA em razão das perdas decorrentes da conduta ilícita na compra da refinaria.

Não é o único imbróglio. Segundo fontes, por se tratar de uma refinaria antiga, mesmo com as melhorias feitas pela Petrobras nos últimos anos, suas instalações são simples e não têm condições de produzir derivados de maior complexidade e valor. Em março do ano passado, uma pessoa se feriu durante uma explosão na refinaria. Em março deste ano, dois grupos ambientalistas — Environment Texas e Sierra Club — entraram com uma ação contra a refinaria por violar a legislação que prevê redução de emissão de poluentes. No documento, eles alegam que a emissão de poluentes é acima do nível tolerado e que 75 mil pessoas vivem em área próxima. Além de pedir que a empresa adote ações para mitigar danos, solicitam que alguém seja designado para supervisionar o compromisso da refinaria em cumprir as regras acordadas.

PRODUÇÃO DE 25 MIL BARRIS DIÁRIOS NA ÁFRICA

Além de Pasadena, a estatal pretende se desfazer de sua fatia de 50% da Petrobras Oil & Gas. Em 2013, o BTG Pactual comprou 50% do capital da companhia por US\$ 1,5 bilhão. O montante pago pelo BTG, do banqueiro André Esteves — preso em 2015 por tentativa de obstruir a Lava-Jato — foi questionado no mercado. Especialistas diziam, na época, que a cifra deveria ser maior para refletir o valor dos ativos. Na ocasião, a Petrobras afirmou que, além de campos na Nigéria, a parceria se destinaria a ativos de alto risco exploratório, como Benin, Gabão, Namíbia, Angola e Tanzânia. Hoje, a parcela da estatal na produção de óleo nos ativos da África é de cerca de 25 mil barris por dia, oriundos principalmente da Nigéria. Atualmente, as atividades na África abrangem Angola, Gabão, Nigéria e Tanzânia.

Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a petrolífera explicou que Pasadena e Petrobras Oil & Gas seguirão os procedimentos acordados com o Tribunal de Contas da União. No fim do ano passado, a estatal teve seu programa de desinvestimento suspenso porque o tribunal apontou riscos de irregularidades. Posteriormente, a Petrobras concordou em revisar procedimentos, e a venda de ativos foi liberada. De acordo com as novas regras, empreendimentos à venda serão submetidos individualmente à diretoria executiva e, se aprovados, serão oportunamente divulgados ao mercado. Um dos objetivos é permitir que mais empresas possam participar da disputa. A estimativa da companhia é levantar um total de US\$ 21 bilhões no biênio 2017-2018. Nos últimos dois anos, a estatal levantou US\$ 13,6 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLA PAMPLONA****Título: Petrobras inclui Pasadena e África a venda de ativos**

A Petrobras decidiu incluir a refinaria de Pasadena e sua participação na Petrobras África na nova lista de ativos que compõem o seu plano de desinvestimentos. Os dois ativos e a nova metodologia de venda foram aprovados pela diretoria da companhia em reunião nesta terça (9).

O plano de venda de ativos havia sido suspenso pelo TCU (Tribunal de Contas da União), que determinou à Petrobras a adoção de um modelo mais transparente de negociações. O objetivo da Petrobras é levantar US\$ 21 bilhões até o fim de 2018.

A empresa não listou os ativos que estão na nova fase do plano de desinvestimentos, citando apenas Pasadena e as operações na África. Disse que novos ativos serão anunciados na medida em que forem aprovados.

A refinaria de Pasadena é alvo de investigações na Operação Lava Jato, por cláusulas que beneficiaram o antigo sócio da estatal, a Astra Oil. Após uma disputa jurídica, a Petrobras pagou pela refinaria US\$ 1,2 bilhão, 27 vezes a mais do que a Astra havia desembolsado pelo negócio.

A unidade enfrenta também questionamentos na Justiça dos Estados Unidos, por violações de limites de emissões de poluentes previstos em sua licença ambiental. Quase centenária, a unidade teve uma série de acidentes nos últimos anos.

Já a Petrobras África foi criada em 2013, a partir da união de operações da estatal no continente. Metade da companhia foi vendida por US\$ 1,5 bilhão ao BTG, do banqueiro André Esteves - preso em 2015 acusado de tentar obstruir a Lava Jato.

Na nova metodologia de desinvestimentos, a estatal terá que anunciar o início das negociações de cada ativo, para dar chance de participação a qualquer interessado. Até agora, a companhia escolhia os concorrentes.

Em 2015, a empresa vendeu US\$ 13,6 bilhões, incluindo participações em distribuidoras de gás natural, gasodutos, campos de petróleo e a Liquigás, distribuidora de gás de botijão.

Na lista de venda elaborada antes da suspensão estava ainda uma fatia acionária da BR Distribuidora, a maior subsidiária da companhia.

Em nota distribuída nesta quarta, a empresa disse que seu programa de desinvestimentos "é dinâmico e poderá ser alterado devido às condições de mercado e às sucessivas análises do portfólio".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Política / colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Vou em paz

Murilo Ferreira passa o bastão da Vale, no dia 15, a Fabio Schvartsman. Inicialmente irritado com a substituição, acertou os ponteiros com o sucessor e decidiu até fazer transição, de cerca de dez dias, para integrar o novo presidente ao ambiente da mineradora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Karin Sato / Fernanda Nunes

Título: Petrobrás coloca à venda refinaria de Pasadena e subsidiária na África

Plano de venda. Estopim da Operação Lava Jato, refinaria instalada no Texas custou US\$ 1,2 bilhão à estatal, pagos à Astra Oil, que havia adquirido o ativo meses antes por US\$ 42,5 milhões; para ministro, decisão de se desfazer de ativo é 'matemática', e não 'ideológica'

A Petrobrás incluiu a polêmica refinaria de Pasadena, instalada no Texas, nos Estados Unidos, entre os ativos que vai vender para atingir a meta de US\$ 21 bilhões de desinvestimentos até o fim do ano que vem. Em comunicado ao mercado, a empresa informou também que vai se desfazer da subsidiária africana Petrobrás Oil & Gas BV. Estopim da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, Pasadena custou US\$ 1,2 bilhão à Petrobrás, pagos à Astra Oil, que, meses antes, havia adquirido a refinaria a US\$ 42,5 milhões. Pelas contas do TCU, a estatal perdeu US\$ 792 milhões ao fechar o negócio. Dificilmente a empresa vai reverter esse prejuízo com a venda. Para o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a Petrobrás tem autonomia para vender Pasadena e não deve se prender ao fato de a refinaria ser alvo de investigação por corrupção. Após participar de audiência na Câmara, Coelho Filho afirmou que a decisão da estatal deve ser matemática e que acha natural que a petroleira opte por se desfazer de Pasadena para alcançar a meta de venda de ativos.

“Eu não encaro (a venda) com simbolismo. A venda tem de ser na matemática, não pode ser na ideologia. Ou é um bom negócio ou um mau negócio. Ou é foco de atuação da empresa ou não é foco de atuação da empresa”, afirmou o ministro. “Se é um mau negócio e não é mais o foco de atuação da empresa, por a refinaria ter sido um símbolo nós vamos carregar isso? É matemática, não é ideologia. A decisão do conselho é soberana naquilo que for melhor para a empresa”, complementou. Processo. Os detalhes de venda dos dois ativos ainda serão submetidos à diretoria e ao conselho de administração da empresa, que deverão aprovar o modelo de alienação e os critérios de seleção dos potenciais interessados.

“Dessa forma, a carteira aprovada é uma carteira de intenções, a partir da qual o início de divulgação de cada projeto se dará individualmente e oportunamente”, informou a Petrobrás, em comunicado. No processo de desinvestimento dos dois ativos, a petroleira vai cumprir as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU) que obriga a empresa a ser mais transparente e a abrir a todo o mercado a oportunidade de compra da refinaria e da subsidiária africana. Até então, apenas potenciais interessados identificados pela estatal eram chamados a participar da concorrência. Balanço. Um dia antes da divulgação dos resultados do primeiro trimestre, os papéis da Petrobrás foram destaque no Ibovespa ontem. As ações ordinárias subiram 3,16% e as preferenciais, 4,17%, ancoradas na expectativa de analistas de que a estatal apresentará resultados operacionais sólidos e também na alta do preço do petróleo no mercado internacional.

O barril do petróleo WTI, negociado em Nova York, para entrega em junho, avançou 3,16%, para US\$ 47,33, enquanto o Brent para julho subiu 3,06%, a US\$ 50,22, na Bolsa de Londres. A média das projeções de analistas consultados pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, aponta que a Petrobrás vai divulgar lucro líquido de R\$ 3,518 bilhões de janeiro a março, revertendo assim prejuízo de R\$ 1,246 bilhão registrado no primeiro trimestre do ano passado. O Santander destaca os ganhos da Petrobrás com a venda de combustíveis em suas refinarias e a queda do custo de extração de petróleo no período. Já os analistas do Itaú BBA ressaltam que, apesar da empresa lucrar mais com a gasolina e com o diesel, o consumo interno está fraco. Por isso, apostam que o resultado do primeiro trimestre virá em linha com o do último trimestre do ano passado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras vai vender refinaria de Pasadena

A Petrobras incluiu a polêmica refinaria de Pasadena, instalada no Texas, nos Estados Unidos, entre os ativos que vai vender para atingir a meta de US\$ 21 bilhões de desinvestimentos até o fim de 2018. Em comunicado ao mercado, informou também que vai se desfazer da subsidiária africana Petrobras Oil & Gas BV.

Estopim da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, Pasadena custou US\$ 1,2 bilhão à Petrobras, pagos à Astra Oil, que, meses antes, havia adquirido a refinaria a US\$ 42,5 milhões. Pelas contas do Tribunal de Contas da União (TCU), a estatal perdeu US\$ 792 milhões ao fechar o negócio de Pasadena.

Para o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a Petrobras tem autonomia para vender os ativos e não deve se prender ao fato de a refinaria ser alvo de investigação por corrupção. “Eu não encaro (a venda) com simbolismo. Ou é um bom negócio ou um mau negócio. A decisão do conselho é soberana naquilo que for melhor para a Petrobras”, disse.

Os detalhes de venda dos dois ativos ainda serão submetidos à diretoria e ao conselho de administração da estatal, que deverão aprovar o modelo de alienação e os critérios de seleção dos potenciais interessados. “Dessa forma, a carteira aprovada é uma carteira de intenções, a partir da qual o início de divulgação de cada projeto se dará individualmente e oportunamente”, informou a Petrobras em comunicado.

No processo de desinvestimento dos dois ativos, a petroleira vai cumprir as exigências do TCU, que obriga a empresa a ser mais transparente e a abrir a todo o mercado a oportunidade de compra da refinaria e da subsidiária africana. Até então, apenas potenciais interessados identificados pela estatal eram chamados a participar da concorrência. Ontem, os papéis da Petrobras foram destaque na Bolsa de Valores. As ações ordinárias subiram 3,16% e as preferenciais, 4,17%.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política / colunas

Autor: Denise Rothenburg

Título: Há vagas

O governo não vai conseguir blindar as agências reguladoras de indicações políticas. Nos bastidores, a briga maior é pela vaga que abre dia 28 deste mês na Agência Nacional do Petróleo (ANP). E, sabe como é, em tempo de reformas em pauta, o governo não nega nada a ninguém.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito**Título: Petrobras põe à venda operações no exterior**

A Petrobras anunciou ontem a inclusão da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), e de sua fatia de 50% na PetroÁfrica em sua carteira de desinvestimentos. A estatal brasileira mantém em US\$ 21 bilhões a meta de venda de ativos para o biênio 2017-2018 e caminha para reduzir ainda mais a sua participação no mercado internacional.

A petroleira tenta se desfazer de dois ativos que são objeto das investigações da força tarefa da Lava-Jato. O caso de Pasadena é o mais emblemático deles. Em depoimento aos procuradores da República, em delação premiada, o ex-diretor da área internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, relatou que a compra da refinaria pela estatal movimentou cerca de US\$ 15 milhões em propinas para representantes da Petrobras e também da Astra Oil, antiga dona da unidade.

Ao todo, a Petrobras pagou, após disputas judiciais com a Astra, US\$ 1,249 bilhão por 100% de Pasadena, numa negociação que teria gerado um prejuízo de US\$ 792 milhões à estatal, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU). A presidente do conselho de administração da petroleira na ocasião da aquisição, em 2006, era a ex-presidente Dilma Rousseff, na época ministra de Minas e Energia.

No caso da PetroÁfrica, o BTG Pactual, sócio da Petrobras no negócio, também busca interessados na compra de sua participação no ativo. A venda de 50% da estatal brasileira para o banco em 2013, por US\$ 1,5 bilhão, foi alvo das investigações da força-tarefa. Em abril deste ano, uma auditoria interna no BTG, conduzida pelo escritório americano Quinn Emanuel, concluiu não haver indícios de que as alegações de práticas ilícitas e de corrupção do banco e do banqueiro André Esteves, na época controlador da instituição, sejam "críveis, fidedignas ou fundamentadas em provas concretas".

O professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEE/UFRJ), Edmar Almeida, afirma que os escândalos de corrupção que pairam sobre Pasadena e as ações de investidores contra a Petrobras na Justiça americana podem criar dificuldades para o negócio, mas nada que não possa ser superado via negociação. Segundo o economista, existe hoje mercado para a venda da refinaria.

"[Um eventual comprador] exigirá garantias de que não seja punido por eventuais passivos. Hoje Pasadena é um ativo valioso. Quando a Petrobras comprou não, mas com a expansão da produção não convencional nos Estados Unidos, existe uma disponibilidade de óleo leve. Ela foi feita para óleo leve, é adequada ao tipo

de óleo que está sobrando nos EUA", explica Almeida, que vê Pasadena situada num ponto geograficamente estratégico para exportação.

Além de alvo das investigações da Lava-Jato, Pasadena também é alvo de ações de ambientalistas na Justiça dos EUA, por violações de limites de emissões de poluentes

Já o consultor David Zylbersztajn, ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), acredita que o excedente de oferta de derivados no mercado internacional pode dificultar a venda. Ele, contudo, também destaca a localização privilegiada do ativo como um trunfo.

"No refino hoje há um excedente, não é uma coisa que atraia tanto. Mas é uma refinaria bem localizada. Por questões de logística, pode haver o interesse mais pela especificidade do ativo. Pode fazer sentido para algum 'player' local", avalia.

Ao anunciar a inclusão da refinaria de Pasadena (EUA) e da PetroÁfrica na carteira de desinvestimentos, a Petrobras caminha para se retirar por completo do mercado internacional de refino e reduzir ainda mais sua produção no exterior. Até o ano passado, a Petrobras operava três refinarias no exterior: Nansei Sekiyu (Japão) e Bahía Blanca (Argentina), ambas já vendidas, além de Pasadena.

Já a venda da PetroÁfrica, que concentra os ativos de exploração e produção da estatal brasileira, sobretudo na Nigéria, nos campos de Akpo e Agbami, pode representar uma redução de 35% nos atuais níveis de produção de petróleo da brasileira no exterior, para 43 mil barris diários de petróleo, quase a metade dos patamares de 2016 e cerca de um terço dos níveis de 2013.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho, Camila Maia e Juliana Machado

Título: Mercado estima que companhia deva reverter prejuízo em lucro

O programa de venda de ativos, com destaque para a conclusão da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para a Brookfield, e a contínua redução de custos deverão impactar positivamente o resultado da Petrobras no primeiro trimestre de 2017. Média de projeções de sete casas de análise às quais o Valor teve acesso indica a reversão do prejuízo de R\$ 1,246 bilhão de janeiro a março de 2016 para um lucro de R\$ 3,29 bilhões nos primeiros três meses de 2017.

Na mesma comparação, a média das previsões dos bancos indica um crescimento de 4,25% da receita líquida, para R\$ 73,323 bilhões, e um aumento de 6,55% do

Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), totalizando R\$ 22,473 bilhões.

Na avaliação do Credit Suisse, os ganhos da Petrobras no primeiro trimestre de 2017 devem ser beneficiados significativamente pela venda da NTS. Concluída neste ano, a operação envolveu a venda de uma fatia 90% da NTS para a Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos Participações (FIP), fundo gerido pela Brookfield. A estatal recebeu parcela de US\$ 4,23 bilhões referente à venda da transportadora.

Do total recebido, US\$ 2,59 bilhões são referentes à venda das ações e US\$ 1,64 bilhão relativo a debêntures conversíveis em ações emitidas pela NTS, com vencimento em dez anos, para substituição de dívida com a Petrobras Global Trading B.V, subsidiária integral da estatal. Outros US\$ 850 milhões, também referente à venda das ações, serão pagos em cinco anos e atualizado no período.

A NTS é detentora de autorizações para operação de 2.500 quilômetros de gasodutos na região Sudeste e tem 100% da sua capacidade de transporte de 158,2 milhões de metros cúbicos por dia contratada com a Petrobras por meio de contratos de longo prazo.

O banco suíço também diz esperar resultados melhores para a Petrobras, em relação ao Ebitda, "com o leve aumento dos preços [dos combustíveis] sendo parcialmente ofuscado por uma produção ligeiramente menor", afirmou em relatório.

O Santander também avalia que a manutenção dos preços dos combustíveis acima da paridade internacional beneficiará as margens de refino, contribuindo para geração positiva de fluxo de caixa. O banco acredita que a petroleira continuará apresentando resultados operacionais sólidos no trimestre e salienta a previsão de queda nos custos de extração no setor de exploração e produção (E&P) e investimentos abaixo do esperado, de US\$ 5 bilhões em média por trimestre.

O Itaú BBA destaca o desempenho operacional e a redução de custos da companhia. "Esperamos que a Petrobras tenha outro trimestre de resultados positivos, com novas reduções de custos. O trimestre será afetado por efeitos não recorrentes, incluindo ganhos com vendas de ativos, que não estão incluídos em nossa previsão", informou o banco, em relatório sobre o assunto.

"A receita deve ficar praticamente estável ante o quarto trimestre de 2016, uma vez que a alta ligeira de 2% no preço realizado de combustíveis será compensada pelo volume de vendas, sazonalmente mais baixo. Assumimos que a Petrobras não vai recuperar market share [participação de mercado] em diesel e gasolina,

devido à competição dos [produtos] importados", completou o banco de investimentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt

Título: MME quer negociar indenização a elétricas

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse ontem que o governo poderá partir para a negociação sobre o pagamento da indenização bilionária em favor das transmissoras. No mês passado, a discussão em torno do assunto foi levada à Justiça.

"Estamos tentando uma grande negociação para tirar isso da esfera judicial, porque é algo que nos preocupa muito", disse o ministro em audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara.

Com critério definido no ano passado pelo ministério, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estabeleceu o pagamento de R\$ 62 bilhões às transmissoras que aceitaram prorrogar os contratos de concessão em 2013. Boa parte desse valor está relacionada correções com base na remuneração que essas concessionárias deixaram de ter nos últimos três anos por não contarem com a revisão em sua base de ativos regulatórios.

A indenização seria bancado pelos consumidores, por oito anos, a partir deste ano. Mas uma liminar expedida pela Justiça no mês passado livrou os consumidores desse custo, por enquanto. A ação judicial foi movida pela Abrace, entidade que representa os grandes consumidores de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Camila Maia

Título: MP vai mudar cotas, mercado livre e Itaipu

O governo Michel Temer prepara uma reforma do setor elétrico que muda critérios de habilitação dos consumidores livres, altera a forma de venda da energia produzida pela usina binacional de Itaipu e desmonta a espinha dorsal do plano adotado pela ex-presidente Dilma Rousseff para reduzir as contas de luz.

As modificações fazem parte de uma medida provisória que deve ser levada para Temer até o fim de junho. O plano tem sido discutido por quatro ministérios: Minas e Energia, Fazenda, Planejamento e Casa Civil. Temendo impacto relevante

nas tarifas e um vaivém nas regras do setor, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vê esse pacote de mudanças com desconforto e se queixa de ter sido excluída da tomada de decisões.

O novo plano tem três pilares:

1) Cotas - Na MP 579, a polêmica medida provisória assinada por Dilma em 11 de setembro de 2012, os donos de usinas hidrelétricas puderam renovar suas concessões por 30 anos. Para isso, trocaram tarifas acima de R\$ 100 por megawatt-hora por um preço ao redor de R\$ 30, que bancava apenas os custos de operação e manutenção. A essência era dar aos consumidores o benefício de ativos que já estavam plenamente amortizados. Toda a energia dessas hidrelétricas foi transformada em "cotas" para as distribuidoras do mercado regulado.

Agora, haverá um processo de "descotização". As geradoras ficarão liberadas para vender essa energia - parcial ou integralmente - para outros compradores, como comercializadoras ou grandes consumidores industriais, por um preço mais elevado e por um período determinado.

A diferença de tarifas será apropriada pela União na forma de "bônus". O uso dos recursos ainda não está definido. Ninguém trabalha com a possibilidade de alguma receita adicional ainda em 2017. Pode-se reforçar o caixa do Tesouro Nacional, fazer alguma capitalização das estatais do setor elétrico, pagar as indenizações das transmissoras que também prorrogaram suas concessões. A única destinação quase certa é para o Novo Chico, programa de revitalização do rio São Francisco, com R\$ 400 milhões a R\$ 500 milhões que devem vir da venda de energia da Chesf. O agravamento da seca na sua bacia hidrográfica tem levado a prejuízos na operação de usinas como Sobradinho (BA).

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, trata-se de fazer leilões de comercialização de hidrelétricas "virtuais". Elas continuam nas mãos das atuais operadoras, não há quebra de contratos, mas sua energia poderá ser comprada por terceiros. Ao eliminar pelo menos parcialmente o sistema de cotas, as distribuidoras ficarão livres da exigência de absorver toda essa eletricidade. Isso pode ajudá-las a diminuir o problema das sobras de energia causadas pela recessão econômica.

Um dos riscos associados à mudança de regras é o aumento das tarifas de energia "na casa dos dois dígitos", conforme uma autoridade que faz críticas à minuta da MP. A Aneel considera diferir (adiar) essas altas na conta de luz para não haver impacto de uma vez só.

Por outro lado, há uma vantagem aos consumidores. Hoje cabe a eles pagar pelo risco hidrológico das usinas que tiveram concessões renovadas por Dilma em 2012. Ou seja: quando os reservatórios estão baixos, e as geradoras não conseguem entregar a quantidade de energia fixada em seus contratos, é preciso repor esse montante recorrendo ao mercado de curto prazo, onde o megawatt-hora é mais caro. Os consumidores assumem esse custo atualmente. Com a MP, o risco hidrológico ficará com quem adquirir energia das geradoras nesses leilões de comercialização.

2) Mercado livre - Hoje a barreira de entrada para empresas no mercado livre, que não clientes das distribuidoras e podem buscar fornecimento de qualquer fornecedor, é de pelo menos 3 megawatts (MW) de demanda.

Esse piso está congelado desde o início década passada. Dilma, desde que era ministra de Minas e Energia, mostrava-se contrária à ampliação do segmento. A única flexibilização ocorreu para os "consumidores especiais". São empresas com demanda de 0,5 MW a 3 MW. Elas podem comprar energia de fontes renováveis (eólica, solar e biomassa) com 50% de desconto na tarifa-fio.

O governo Temer avalia que não faz mais sentido dar subsídios para usinas eólicas e movidas a biomassa, que hoje têm condições de oferecer energia a preços competitivos. Por isso, a ideia é eliminar a figura dos consumidores especiais e simplesmente diminuir a barreira de entrada no mercado livre para 0,5 MW. Essas empresas poderão escolher seus fornecedores. A decisão tem amparo nas respostas colhidas pelo ministério em consulta pública feita recentemente.

3) Itaipu - Metade da energia produzida pela usina binacional de Itaipu fica com o Brasil e é alocada em "cotas" para as distribuidoras das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O tratado que regula as questões da hidrelétrica tem vigência até 2023. A intenção do governo é acabar com esse sistema tão logo o tratado bilateral expire. Caberá à Eletrobras comercializar a energia de Itaipu do lado brasileiro. Ela poderia vender não apenas ao mercado regulado (distribuidoras), mas também ao mercado livre - e pelo preço que achar conveniente.

Parece uma discussão antecipada, mas as mudanças precisam ser pensadas agora porque há leilões de fornecimento A-5 (com entrega cinco anos depois do certame). Com isso, pode-se planejar já um leilão no ano que vem para distribuir essa energia a partir de 2023.

Procurado pelo Valor, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, preferiu não fazer comentários específicos sobre a MP em elaboração. Ele aceitou, porém, falar conceitualmente sobre o tema.

Para o secretário, o modelo de cotas acabou por trazer aos consumidores uma série de riscos típicos dos geradores. "O ideal é que a energia tenha um sinal econômico correto de preço. Se é para praticar modicidade tarifária, que seja com redução de encargos ou outros custos do setor", disse Pedrosa.

"O intervencionismo no setor elétrico é o pai e mãe dos problemas que vivemos hoje. A essência do nosso movimento é dizer que os preços precisam corresponder à realidade", acrescentou.

O discurso de modicidade tarifária, que justificou a adoção do regime de cotas, é visto por Pedrosa como um dos motivos dos problemas de hoje. Segundo ele, a "verdadeira modicidade" é aquela obtida com a redução de risco e promoção da competição no setor. "O mercado reage ao sinal econômico correto", disse. O foco do governo é a recuperação do setor elétrico, "para que se possa oferecer energia com segurança, qualidade e preço da forma que a sociedade precisa."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Daniel Rittner

Título: Eletrobras deve sair ganhando com as novas regras

A Eletrobras deve ser a principal beneficiada pela nova Medida Provisória (MP) voltada para o setor elétrico, que está sendo elaborada pelo governo.

Além de ganhar com a venda da energia de Itaipu a partir do fim do contrato atual, em 2023, a estatal terá a chance de se livrar das perdas apuradas com as usinas hidrelétricas operadas no regime de cotas de garantia física e potência.

A elétrica foi muito criticada pelo governo ao aderir às regras de renovação antecipada das concessões que venceram em 2012, nos termos da MP 579, convertida depois na Lei 12.783/2013. Isso porque abriu mão de receber tarifas acima dos R\$ 100 por megawatt-hora (MWh) para uma nova tarifa das cotas que, naquela época, girava em torno de R\$ 30/MWh.

O valor da tarifa, porém, é insuficiente para cobrir os custos reais que a estatal tem com operação e manutenção desses ativos. Desde 2012, a estatal tem provisionado montantes referentes às suas estimativas de perdas com esses contratos, classificados como "onerosos" pela companhia. No balanço de 2016, a Eletrobras tinha R\$ 952,7 milhões provisionados para essas perdas.

Com a mudança proposta, as subsidiárias da Eletrobras que renovaram as concessões no regime de cotas poderão decidir pela "descotização" dessa energia, que poderá ser vendida em uma espécie de "mercado secundário" a

preços determinados pelo mercado. Será uma oportunidade para que a estatal cobre uma tarifa mais elevada e deixe de apurar prejuízos consecutivos.

Ainda não há uma definição para o destino dos recursos que poderão ser obtidos com a venda da energia no mercado secundário, mas, mesmo se a Eletrobras não ganhar nada, vai deixar de registrar perdas, com efeito positivo nos seus resultados.

A companhia também vai sair ganhando com a venda da energia de Itaipu. A MP em elaboração acaba com o sistema de "cotas" da parcela da energia de Itaipu correspondente ao Brasil. A ideia é que a Eletrobras comercialize essa energia por meio de leilões ou no mercado livre. Isso significa que a estatal terá 7 mil MW de potência a sua disposição para vender ao preço que achar conveniente a partir de 2023, quando termina o contrato atual de concessão.

Atualmente, a energia de Itaipu é repassada às distribuidoras por meio de cotas, e a tarifa é fixa e determinada pelo governo. Em 2017, o preço aprovado foi de US\$ 28,73 por quilovatt/mês (KW).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

CPFL Renováveis

A CPFL Renováveis registrou prejuízo líquido de R\$ 56,3 milhões no primeiro trimestre do ano, queda de 47,7% em comparação com as perdas de R\$ 107,8 milhões apuradas no mesmo intervalo de 2016. Conforme a empresa, a variação entre os trimestres foi influenciada principalmente pelo aumento na receita líquida resultante de novas capacidades eólicas e de pequenas centrais hidrelétricas (PCH), pelo maior volume de ventos e também pela estratégia de sazonalização da garantia física do portfólio. A receita líquida somou R\$ 370,9 milhões de janeiro a março, com crescimento de 33,1% na comparação anual.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho

Título: Equatorial prevê melhora no 2º semestre

A Equatorial Energia, dona das distribuidoras Celpa (PA) e Cemar (MA), prevê uma melhora do desempenho do mercado de energia nas regiões atendidas pelas

duas concessionárias no segundo semestre. A melhora, segundo o diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, Eduardo Haiama, deverá ser motivada pela retomada da economia no país.

"Há alguns sinais de recuperação econômica [no país]. Temos uma visão positiva de crescimento no segundo semestre. Mas preferimos ver como o mercado vai evoluir antes de dar algum guidance. A tendência é positiva para o segundo semestre", afirmou o executivo, em teleconferência com analistas e investidores sobre os resultados do grupo no primeiro trimestre de 2017, um lucro de R\$ 74 milhões, com queda de 38,9% ante igual período do ano passado.

Segundo ele, além do desempenho econômico, outro fator importante para determinar o comportamento do mercado das distribuidoras do grupo é a temperatura. A queda da temperatura foi um dos motivos para a redução do consumo de energia no Pará e Maranhão, no primeiro trimestre, ante igual período do ano passado.

Nessa comparação, a Cemar apurou uma queda de 4,2% no mercado, para 1.400 gigawatts-hora (GWh), e o consumo de energia na área da Celpa caiu 0,1%, totalizando 1.959 GWh.

Com relação ao setor de transmissão de energia, Haiama afirmou que a companhia continua perseguindo oportunidades de aquisições no mercado, além da participação nos leilões. Ele destacou que a empresa possui nível de endividamento "confortável", de 1,8 vez a dívida líquida/Ebitda, e um caixa de R\$ 2,7 bilhões.

Com os oito lotes arrematados nos dois últimos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Equatorial terá uma receita anual permitida total de R\$ 850 milhões, somando cerca de 2,5 mil quilômetros de linhas e investimentos previstos pela autarquia de R\$ 4,6 bilhões.

Segundo o executivo, o cronograma de implantação dos projetos está "em linha ou melhor" que o inicialmente previsto. A empresa tem a intenção de antecipar em 12 meses o início de operação das linhas de transmissão, em relação aos prazos contratuais dos empreendimentos.

"Todo o cronograma necessário tem vindo em linha ou melhor que o cronograma inicial. Ainda é cedo para dar previsões, a gente tem feito de tudo antecipadamente e estamos olhando todos os pontos críticos para que não haja impacto nos cronogramas", completou o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes**Título: Ipiranga e Oxitenos pesam no resultado da Ultrapar**

A piora no desempenho operacional da Ipiranga, rede de distribuição de combustíveis, e da Oxitenos, braço químico, pesaram no desempenho do grupo Ultra no primeiro trimestre. A holding Ultrapar registrou lucro líquido consolidado de R\$ 370,3 milhões, baixa de 5% na comparação anual. A receita líquida recuou 4%, para R\$ 18,73 bilhões, enquanto o lucro bruto caiu 2%, a R\$ 1,69 bilhão. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) trimestral teve retração de 8%, para R\$ 973 milhões.

Na Ipiranga, o Ebitda caiu 1%, na comparação anual, para R\$ 705 milhões, diante do menor volume de vendas, parcialmente compensado pelo melhor mix e pela aposta em serviços e conveniência nos postos. De janeiro a março, o volume de combustíveis vendido caiu 6%, para 5,55 milhões de metros cúbicos, com destaque para a baixa de 10% em diesel, ainda como reflexo da conjuntura econômica e piora dos níveis de emprego.

A valorização do real frente ao dólar, o aumento de custos de matérias-primas e os gastos pré-operacionais de uma nova unidade de produção nos Estados Unidos, por sua vez, derrubaram o Ebitda da Oxitenos. De janeiro a março, o resultado foi de R\$ 62 milhões, baixa de 69% na comparação anual. Considerando-se a reversão de uma provisão referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS Cofins, de R\$ 49 milhões, o Ebitda no trimestre sobe a R\$ 112 milhões.

O volume de vendas totalizou 196 mil toneladas, com alta de 8%, beneficiado pelo crescimento de 5% de especialidades vendidas no Brasil. A receita líquida trimestral somou R\$ 912 milhões, queda de 9%, diante do real 20% mais valorizado, apesar do preço médio em dólar 5% maior, puxado principalmente pelas commodities.

A Ultragaz, braço de distribuição de GLP do grupo Ultra, teve Ebitda 11% maior no primeiro trimestre, de R\$ 120 milhões, beneficiada pelo maior volume de vendas. O volume comercializado alcançou 414 mil toneladas, com expansão de 2% influenciada pela melhora tanto no segmento de envasado quanto no granel.

Na Ultracargo, a armazenagem média cresceu 6% no trimestre, impulsionada pela maior movimentação de combustíveis com o aumento das importações. O Ebitda total ficou em R\$ 22 milhões - recuo de 33% na comparação anual por causa do recebimento, no começo de 2016, de R\$ 30 milhões de seguros pelo incêndio no terminal de Santos (SP). Sem considerar esse efeito, o Ebitda subiu 48%, devido à maior armazenagem média e à tarifa média superior.

Já a receita bruta da Extrafarma, rede de varejo farmacêutico, totalizou R\$ 476 milhões no primeiro trimestre, com alta de 28% na comparação anual, com vendas mais fortes no varejo - diante do maior número médio de lojas e do aumento de 24% nas vendas pelo critério mesmas lojas. Essa melhora foi parcialmente compensada por menores vendas no atacado. De janeiro a março, a margem bruta da Extrafarma foi de 31%, ante 30% um ano antes. O Ebitda ficou em R\$ 4,1 milhões - R\$ 15 milhões quando excluídas "despesas pontuais" -, com queda de 21%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Mercado de minério ainda enfrenta excesso de oferta

Praticamente nada mudou no cenário e na dinâmica entre oferta e demanda por minério de ferro durante a disparada de preços que levou a commodity perto dos US\$ 95 por tonelada, opina Daniel Briesemann, analista que acompanha matérias-primas minerais e metálicas para o banco alemão Commerzbank.

Ao Valor, o especialista afirma que no início do último trimestre de 2016, quando estímulos da China à infraestrutura local e especulação financeira ajudaram a cotação a alcançar o maior patamar em quase três anos, o mercado transoceânico já continha grande excesso de oferta e agora, está até mais saturado.

"A alta nos preços, que na nossa opinião foi exagerada demais, agora está sendo corrigida", comenta Briesemann. "Mas quanto mais o minério cai agora, mais expulsa do jogo produtoras menores. Isso significa que a maioria das mineradoras chinesas não poderá continuando a produzir, o que dá alguma sustentação ao preço."

Desde que tocou US\$ 94,86, em 21 de fevereiro, o insumo acumula recuo nos preços de 36% e agora flerta com o pior patamar em mais de seis meses. Quase todo o ganho observado no rali entre o quarto trimestre de 2016 e o primeiro deste ano já se foi.

O minério de ferro subiu ontem no mercado futuro, à medida que os investidores iniciaram um ajuste frente à queda livre observada nas semanas anteriores. Os contratos do produto com pureza de 62% para entrega em setembro tiveram aumento de 2,6% na Bolsa de Commodities de Dalian, para 474,50 yuans (US\$ 68,70) a tonelada.

A confiança do mercado sobre as commodities se deteriorou, os compradores de cargas que chegam à China passaram a desconfiar mais da necessidade do país por tanto minério - em meio a estoques recordes em portos - e o gigante asiático adotou uma postura não de estímulo, mas de saneamento das finanças públicas. Ao mesmo tempo, o S11D - projeto gigante da Vale em Carajás, no Pará -, entrou em operação, e a mina da Roy Hill, na Austrália, segue em expansão.

Briesemann projeta cotação de US\$ 55 a tonelada ao fim de 2017, em linha com a maioria das instituições financeiras consultadas pelo Valor, que veem patamar entre US\$ 55 e US\$ 60. Até lá, contudo, é possível que a commodity utilizada pela indústria do aço viva dias ainda piores, se aproximando dos US\$ 50. Desde junho de 2016 o minério não é negociado a US\$ 50.

Antes de o rali da matéria-prima ganhar força no ano passado, a projeção para o longo prazo era semelhante, apenas um pouco menor. Analistas acreditavam em estabilização dos preços na faixa de US\$ 50, aproximadamente. O efeito líquido do repique e da consequente queda livre é quase nulo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Chrystiane Silva e Denyse Godoy

Título: Alta da Petrobras faz bolsa superar os 67 mil pontos

A variação no preço das commodities tem determinado o comportamento recente do mercado de ações. Ontem, a valorização preço do petróleo no mercado internacional impulsionou a bolsa de valores e fez com que o Ibovespa superasse os 67 mil pontos pela primeira vez desde 23 de fevereiro.

O índice subiu 1,62% aos 67.350 pontos sustentando pela valorização das ações da Petrobras, que acompanharam a alta do preço do petróleo, e pela aprovação da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara dos Deputados, na terça-feira. O giro financeiro ficou em R\$ 6,4 bilhões, próximo à média diária do mês, que é de R\$ 6,6 bilhões.

Juntas, as ações ordinárias e preferenciais da Petrobras representam 8% do Ibovespa e o desempenho positivo dos papéis favoreceu a valorização da bolsa. "O rompimento da barreira dos US\$ 46 por barril de petróleo foi muito positivo para as ações da Petrobras", diz Ari Santos, gerente de mesa Bovespa da H.Commor DTVM.

As ações preferenciais da estatal tiveram alta de 4,17% e os papéis ordinários ganharam 3,16%. Os contratos futuros de petróleo WTI subiram 3,2% a US\$ 47,33 o barril. Hoje, a Petrobras deve anunciar o resultado financeiro do primeiro

trimestre do ano e a expectativa é que a companhia alcance lucro de R\$ 3,3 bilhões, segundo analistas consultados pelo Valor. Outro fator que pode estar ajudando na valorização do preço das ações da petroleira é o vencimento de opções sobre ações, na segunda-feira. "Tem muita gente que já está zerando a posição da Petrobras ou rolando o vencimento", diz Santos.

As ações do setor frigorífico também subiram no pregão, puxadas pela Marfrig. Os papéis da empresa ganharam 5,33%. Hoje, a empresa também divulga o resultado do trimestre e os investidores estão otimistas com a possível abertura de capital da subsidiária Keystone, nos Estados Unidos. As ações da BRF tiveram alta de 3,52% e os papéis da JBS ganharam 3,62%. Segundo operadores, o desempenho das ações do setor tinham ficado atrasadas em relação à recente alta do Ibovespa, que já subiu 2,98% desde o começo do mês.

Outro destaque de alta no pregão foram as ações da BR Malls, que subiram 3,10%. A empresa anunciou que fará uma oferta de 136,765 milhões de ações, com preço a ser definido após o procedimento de coleta de intenções de investimento. A informação movimentou as ações no mercado à vista e também nas transações com aluguel dos papéis. Desde o dia 5 de maio, o volume de aluguel, registrado na B3, aumentou 34%, passando de 32 milhões para 43 milhões de ações. "Aumentou muito a demanda, mas está difícil conseguir doador dos papéis. Além disso, alguns doadores estão pedindo as ações de volta para poder participar da oferta, já que os atuais acionistas têm prioridade para participar", diz Guilherme Felipe, da mesa de BTC da XP Investimentos.

Entre as ações que divulgaram os resultados do primeiro trimestre ontem, os papéis da Gerdau Metalúrgica subiram 3,90%, depois que a empresa teve lucro líquido de R\$ 275 milhões, revertendo prejuízo no mesmo período do ano anterior. As ações da Telefônica Brasil subiram 2,14% após a empresa ter registrado crescimento de 1,5% das suas receitas no primeiro trimestre deste ano para R\$ 10,59 bilhões. Os papéis da Sanepar subiram 1,80% depois que o lucro líquido da companhia ter crescido 11% nos três primeiros meses para R\$ 160 milhões.

MME / ASCOM .